



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação oral

Encarar a pressão excessiva na aprendizagem

Devolver uma infância feliz à criança

Em 20 de Novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou unanimemente a Convenção sobre os Direitos da Criança (*Convention on the Rights of the Child*), reconhecendo à criança, tal como a um adulto, os direitos humanos, que abrangem os direitos de sobrevivência e de ser protegida, e também de desenvolvimento e participação, isto é, a criança tem direito ao ensino regular, a tempos livres e a actividades culturais; e o adulto deve respeitar o direito de a criança exprimir a sua opinião, e ainda o de aceder a informações que contribuam para a sua saúde física e psicológica.

Segundo o artigo 31.º da Convenção, os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística. Em 2013, a UNICEF incentivou os adultos a garantir à criança o direito de brincar, pelo menos, uma hora por dia, concretizando o “direito humano de brincar”.

A Convenção começou a ser aplicada em Macau desde 14 de Setembro de 1998. Mas, nos últimos anos, muitos pais e individualidades do sector educativo estão cada vez mais conscientes do longo tempo de aulas, elevado número de actividades extracurriculares, grande volume de trabalhos de casa e testes, a que se acresce a excessiva cultura de exercitar para os exames e de explicações após as aulas, e os efeitos de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

comparação de notas e escolas de renome, o que leva a que as crianças sejam obrigadas a carregar diariamente mochilas pesadas como pedras, a suportar uma pressão na aprendizagem que ultrapassa as regras do seu desenvolvimento físico e psicológico e as suas necessidades educativas, e a ter menos tempo de repouso e sono do que os adultos. Esta pressão excessiva não só produz efeitos contrários à aprendizagem e ao crescimento, mas também explora a vida infantil, que deve ser feliz e sem preocupações.

Nos últimos anos, em Hong Kong, registaram-se sucessivos incidentes de suicídio de crianças, que provocaram uma reflexão profunda na sociedade sobre a pressão excessiva na aprendizagem e foi por isso que a reforma da respectiva política educativa já está na agenda pública. Apesar de Macau ser uma região com baixa taxa de suicídio, de acordo com os dados mais actualizados dos Serviços de Saúde, em 2018, registaram-se 81 suicídios (um aumento de 12,5 por cento face a 2017), um dos quais de alguém com apenas 12 anos, o mais jovem desde 2005, ano em que se começou a fazer o registo. As causas do suicídio podem ser complexas, e os suicídios de alunos não podem ser forçosamente identificados com a pressão na aprendizagem, mas não podem ser negligenciados, e deve-se enfrentar o problema o mais cedo possível e evitar que isto aconteça.

Mais, vários académicos da área da educação defendem a ligação entre a pressão excessiva na aprendizagem e os casos de violência escolar. Alguns estudos da China consideram que dar importância à taxa de progressão escolar e à educação intelectual, e não à educação moral, são



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

factores importantes que originam a violência nas escolas¹. Segundo alguns estudos japoneses, alguns alunos podem praticar jogos violentos contra os fracos, a fim de desabafar ou escapar das chatices causadas pelos exames². Em Hong Kong, alguns psicólogos educativos³ consideram que, como a cultura da concorrência escolar se reflecte claramente na comparação dos resultados académicos, os professores utilizam sempre os resultados como indicadores para avaliar os alunos, fazendo com que alguns destes achem que quem tem notas baixas é inútil e deve ser alvo de *bullying*. No processo de crescimento, para obter reconhecimento e aceitação, os alunos distinguem as suas diferenças, pisando os outros para elevar o seu valor e a sua autoconfiança, o que se transforma gradualmente em casos de *bullying*. Por outro lado, os alunos com más notas são obrigados a reconstruir a sua autoconfiança de outras formas, podendo então ser agentes de prática de *bullying*.

Quanto ao problema da pressão excessiva na aprendizagem dos alunos, venho, no âmbito do exercício da competência de fiscalização prevista na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, apresentar ao Governo a minha interpelação oral, solicitando ao Chefe do Executivo que, após a recepção do requerimento respectivo, requeira a participação na reunião dos membros e titulares de cargos do Governo responsáveis pelas áreas sectoriais da acção governativa objecto da interpelação, para darem uma resposta oral, nos termos do capítulo II do Processo de interpelação sobre a acção governativa.

¹ Chen Yuting, 《淺談校園暴力的成因及其預防》 - Julho de 2006

² Terutomo Ozawa, “Objectifying the power game under the horizontal violence”

³ “HK01”, 〈校園競爭文化 催生學子欺凌風氣〉 - Novembro de 2017



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1 – Para aplicar a Lei n.º 9/2006 (Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior), o Governo elaborou o “quadro da organização curricular” e as “exigências das competências académicas básicas” da educação regular do regime escolar local, considerados os elementos fundamentais da reforma educativa. Porém, muitos encarregados de educação lamentam que “com esta reforma, os alunos ficam mais cansados”. Por exemplo, segundo o “quadro da organização curricular”⁴, o ensino primário deve ter 224 640 minutos de duração total das actividades lectivas, e um mínimo de 14 240 minutos de actividades extracurriculares, além de um número ilimitado de outras actividades de ensino. Depois da escola, os alunos têm explicações, assim, é evidente a pressão sobre eles. Nas “exigências das competências académicas básicas”⁵, foram definidas 796 exigências e um total de 62 objectivos para os conteúdos específicos das competências académicas básicas em Língua Chinesa (primeira língua), Língua Inglesa (segunda língua), Matemática, Educação Moral e Cívica, Actividades de Descoberta, Tecnologias de Informação, Educação Física e Saúde, e Artes, e tudo isso serve como “directiva do ensino primário”. Assim, qual é a avaliação das autoridades responsáveis quanto aos efeitos negativos do “quadro da organização curricular” e das “exigências das competências académicas básicas”, no sentido de se proceder a uma apreciação periódica e a alterações?

2 – Em 2004, o Governo da RAEHK lançou como lema uma “nova cultura de ensino” e a “desvalorização da classificação na aprendizagem”.

⁴ https://bo.io.gov.mo/bo/i/2014/26/regadm15_cn.asp

⁵ https://bo.io.gov.mo/bo/i/2016/09/despsasc_cn.asp?printer=1



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Sugeriu-se a alteração do modelo de ensino orientado para os testes de avaliação, sendo dada maior importância ao desempenho do aluno durante as aulas e à aprendizagem para avaliar as suas capacidades e o resultado do ensino. Essa nova política, lançada sob pressão da sociedade, não surtiu efeitos, porque apenas se limitou ao lema, mas o seu conceito, diferente da corrente dominante, continua actual. Para a concretização da Convenção sobre os Direitos da Criança, e para que os alunos em idade escolar possam aprender e crescer com alegria, as autoridades educativas devem transmitir ao sector do ensino e aos encarregados de educação as diferentes formas e objectivos da aprendizagem, e eliminar gradualmente a “importância dominante da classificação”. Como será feito isso?

— 3 – Quanto ao *bullying* dos alunos, à ofensa física deles próprios e ao suicídio, apesar de poder não existir uma relação directa entre esses casos e a pressão na aprendizagem, de forma nenhuma se pode ignorar ou afastar essa possibilidade. Segundo alguns estudos, quando a sociedade dá grande importância à classificação nas escolas e o ambiente é de comparação entre alunos num círculo vicioso de concorrência, os alunos mais jovens têm de suportar uma pressão tão grande, que os adultos nem sequer imaginam. A saúde física e psicológica desses alunos piora, podendo dar origem a casos pouco felizes. Assim, as autoridades da área da educação concordam com esses estudos? Para reduzir a pressão dos alunos, o que irão fazer para evitar os casos de *bullying* entre estudantes, de ofensa física deles próprios e de suicídio?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Sou Ka Hou

17 de Abril de 2019